

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.691 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 2003

Roosevelt Pinheiro



Plenário confirma envio do caso ACM ao Supremo

Recurso do PT contra decisão da Mesa do Senado é rejeitado por 49 votos a 25 e duas abstenções, depois de gerar prolongado debate entre os senadores

Gerardo Magalhães

O Plenário rejeitou ontem, por 49 votos a 25 e duas abstenções, recurso do PT contra decisão da Mesa do Senado no caso do relatório do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre escutas telefônicas ilegais na Bahia, com envolvimento do nome do senador Antonio Carlos Magalhães. A Mesa havia decidido na quarta-feira passada enviar o caso ao Supremo Tribunal Federal e aplicar a pena de censura escrita ao senador baiano, contrariando recomendação do Conselho de Ética, que propusera abertura de investigação.



Na sessão presidida por Sarney, senadores discutem o recurso do PT e o relatório de Geraldo Mesquita Júnior

PÁGINA 3

Comissões promovem audiências públicas

Ministros e secretário do governo federal, além dos presidentes de duas estatais, são convidados.

PÁGINA 6

Aprovado nome para diretoria do Banco Central

PÁGINA 7



Comissão de Assuntos Econômicos aprovou, entre outros projetos, redução do ICMS sobre operações interestaduais de compra e venda de farinha de trigo

Gás natural pode ser usado em automóveis

Equipamentos para polícia devem ficar isentos de IPI

PÁGINA 7



Renan lembrou talento de José de Medeiros Tavares, falecido no último dia 27, aos 70 anos

Senado presta homenagem a político alagoano

Por iniciativa do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), o Senado aprovou a inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família de José de Medeiros Tavares, ex-governador de Alagoas, falecido no dia 27 último, aos 70 anos. O presidente José Sarney associou-se à homenagem póstuma e destacou "os relevantes serviços prestados" pelo político alagoano ao seu estado.

José de Medeiros Tavares também foi vice-governador, deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas. Segundo Renan, José Tavares tinha como características a capacidade de trabalho, talento político, sensibilidade social e o cumprimento da palavra assumida.

O senador José Agripino (PFL-RN) também lamentou a morte do político alagoano. Ele disse que não esquecerá da imagem "daquele cidadão magrinho de cabelos brancos, bom companheiro, sertanejo de boa cepa e conversa agradável".

Foi aprovado também requerimento de pesar do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pelo falecimento do cientista político René Armand Dreifuss, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Depoente em CPI poderá ter apoio de advogados

Senado aprova projeto que permite acompanhamento desses profissionais nos depoimentos em comissões de inquérito

O Plenário aprovou ontem projeto de lei da Câmara que permite aos depoentes em comissões parlamentares de inquérito (CPIs) serem acompanhados de advogados. A matéria, que vai a sanção, teve parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O relator na comissão, senador Amir Lando (PMDB-RO), afirmou que a proposição visa "incluir em legislação especial atinente às CPIs o que já está normatizado para a atuação do advogado". Para ele, o projeto de lei de autoria do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) "remove eventuais objeções que venham a ser alegadas quanto à participação do advogado para acompanhar o seu constituinte quando convocado a prestar depoimento em CPI".

INDICAÇÕES

Durante a sessão de ontem também foi examinada e aprovada indicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em votação secreta, o juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Recife - PE), José de Castro Meira, teve 65 votos a favor de sua indicação para integrar o Superior Tribunal de Justiça (STJ), com cinco votos contrários. A indicação fora antes aprovada pela CCJ, na forma de parecer relatado pelo senador José Jorge (PFL-PE).

O Plenário aprovou ainda projeto de lei da Câmara dos Depu-



Plenário também acolheu ontem indicação do Executivo para o STJ e projeto da Câmara sobre Plano Nacional de Viação

tados que inclui três trechos de ferrovias no Plano Nacional de Viação. A matéria teve parecer favorável aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), elaborado pelo senador Leomar Quintanilha (PFL-TO).

Foi rejeitado o projeto de lei do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) que incluía, no serviço de TV a cabo, um canal reservado ao Comando do Exército Brasileiro. O líder do PT, senador Tião Viana (AC), reconheceu o mérito da iniciativa, mas pediu sua rejeição, com o argumento de que a crise orçamentária por que passa o Ministério da Defesa inviabilizou "o entusiasmo e a anuência" do responsável pelo canal. A proposta foi rejeitada pelos líderes de todos os partidos.

ADIAMENTO

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) pediu o adiamento, para 17 de junho, da votação do projeto do ex-senador Ademir Andrade que estabelece crité-

rios para distribuição dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). De acordo com a senadora, a proposta, que determina valores para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, "precisa ser mais bem discutida e entendida". O requerimento da senadora Ana Júlia foi aprovado.

A pedido do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), foi também adiada decisão sobre requerimento de informações apresentado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) solicitando ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, esclarecimentos sobre indícios de vazamento de informação privilegiada sobre a descoberta de um campo de petróleo na bacia de Sergipe. Já o requerimento do senador Romero Jucá (PSDB-RR), que pede informações a Palocci sobre os processos de liquidação extrajudicial de 19 instituições financeiras, foi aprovado.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 2003

PRESIDENTE

11h30 - Recebe o deputado Walter Feldman (PSDB-SP)
12h - Recebe Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, presidente da Anatel
15h30 - Preside sessão deliberativa

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 38/99 (demarcação de terras indígenas); PLS nº 263/99 (Programa Nacional de Desestatização); PLS nº 184/02-Complementar (incorporação, fusão e desmembramento de municípios); PLC nº 97/02 (sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito); entre outras matérias.

COMISSÕES

9h30 - Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais
Pauta: instalação e elaboração do cronograma de trabalho. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: PLC nº 11/03 (altera o Código Penal e o Código de Processo Penal); PEC nº 21/03 (competência do Congresso Nacional para apreciar os atos de outorga e renovação de concessão e permissão de serviços de radiodifusão); PLS nº 392/99 (liberação de recursos federais para os estados ou para o Distrito Federal); PLS nº 38/03 (gestão de recursos humanos das agências reguladoras); PLS nº 271/01 (sobre o Programa Nacional de Desestatização); PEC nº 12/02 (prazos para o TCU atender solicitações de inspeções, auditorias e informações); PLS nº 218/00 (procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização); PEC nº 30/01 (imunidade tributária às instituições de apoio às micro e pequenas empresas); PEC nº 27/99 (licença-maternidade às mulheres que adotarem crianças); PEC nº 08/02 (acumulação de cargos no magistério); PEC nº 30/02 (substituição dos titulares das chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições); entre outras matérias. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3

10h - Reunião Conjunta das Comissões de Educação e Infra-Estrutura
Pauta: audiência pública com o ministro das Comunicações, Miro Teixeira. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15

10h - Comissão Mista de Orçamento
Pauta: relatórios apresentados à MP nº 31/02 (crédito extraordinário em favor da Presidência da República e de ministérios); ao PDL nº 10/00-CN (liberação da execução orçamentária); entre outros. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

16h - Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 82 (transferência da União para os estados e o DF de parte da malha rodoviária sob jurisdição federal). Pauta: instalação da comissão. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7

Após a ordem do dia - Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude
Pauta: cronograma de trabalho. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shlessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora da Mesa do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário mantém decisão da Mesa no caso ACM

Após longo debate, com 23 pronunciamentos, senadores confirmaram aplicação da pena de censura escrita a Antonio Carlos Magalhães e remessa da questão ao Supremo Tribunal Federal

Por 49 votos a 25 e duas abstenções, em votação secreta, o Plenário do Senado rejeitou ontem recurso do PT contra a decisão da Mesa do Senado no caso do relatório do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre escutas telefônicas ilegais na Bahia, com envolvimento do nome do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

A Mesa havia decidido na quarta-feira passada enviar o caso ao Supremo Tribunal Federal (STF) e aplicar a pena de censura escrita ao senador baiano. A recomendação do Conselho de Ética era pela abertura de investigação, a qual poderia levar a uma proposta de cassação do mandato de Antonio Carlos Magalhães. Com a recusa do recurso do PT, fica mantida a decisão da Mesa.

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), que encabeçou o recurso, entendeu como graves os fatos levanta-

dos pelo relator no Conselho de Ética, senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), o que exigia, na sua opinião, a abertura das investigações. Por isso, recorreu ao Plenário para reverter a decisão da Mesa, presidida pelo senador José Sarney – dos sete integrantes da Mesa, cinco votaram pela comunicação ao STF e pela publicação da censura.

A votação foi antecedida por uma longa discussão, quando 23 senadores anunciaram sua posição. No geral, parlamentares do bloco governista (PT-PSB-PTB-PL) manifestaram-se contra a decisão da Mesa, exceto um senador do PL – Marcelo Crivella (RJ). Dois senadores do PMDB e um do PDT disseram que votariam contra a decisão da Mesa – Pedro Simon (RS), Ramez Tebet (MS) e Jefferson Péres (AM).

A votação do recurso foi secreta por proposta do líder do PFL, José Agripino (RN). No total, 47 senado-

res apoiaram a votação secreta do recurso, contra 24. Assim que o Plenário optou pela votação secreta, o líder do PT, Tião Viana, afirmou que se o Senado não aceitasse o recurso haveria repercussão negativa junto à população, e anunciou que, em caso de sua derrota, apresentaria uma proposta de resolução para extinguir o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Três senadores integrantes da Mesa, inclusive Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que faz parte do bloco governista, elogiaram a conduta do presidente, José Sarney, durante a votação pelo encaminhamento do caso ao STF. Os outros dois foram Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) e Romeu Tuma (PFL-SP). O próprio líder do PT reconheceu que a Mesa tinha poderes para adotar as medidas da semana passada, não concordando com a recomendação do Conselho de Ética.

Heráclito defende envio do assunto para o Supremo

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI), relator na Mesa do pedido de abertura de processo contra o senador Antonio Carlos Magalhães, disse ser correta a decisão de enviar o caso para o Supremo Tribunal Federal. A decisão da Mesa foi confirmada ontem pelo Plenário do Senado. Heráclito afirmou que a Mesa exerceu seu direito de decidir sobre processo disciplinar envolvendo senador.

Para Heráclito Fortes, o fato de o relatório do senador Geraldo Mesquita Júnior, que pedia a abertura de processo contra Antonio Carlos, ter sido aprovado por estreita margem (8 votos contra 7) no Conselho de Ética comprova o acerto da decisão da Mesa.



Heráclito: Mesa exerceu seu direito de decidir sobre processo disciplinar envolvendo senador

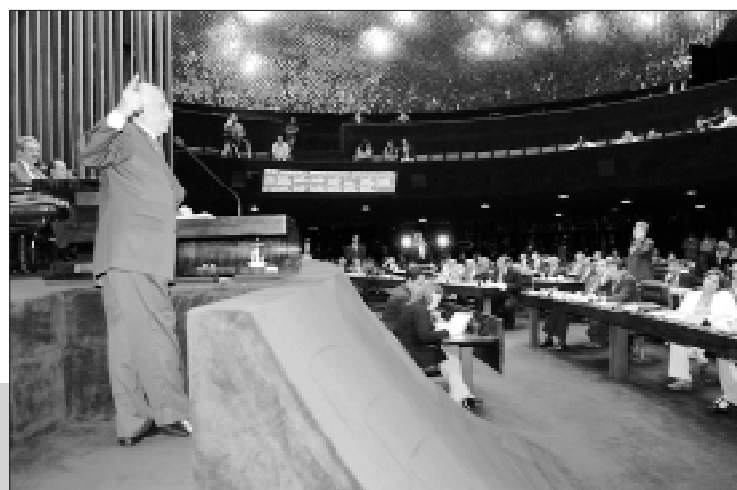
– A Mesa julgou uma matéria que chegou à sua mão e que não tinha tido uma votação tranqüila. Não julgamos o fato em si, mas os procedimentos. E não teríamos outra atitude, que acabou apoiada pelo Plenário – afirmou Heráclito Fortes.

Votação foi precedida de debates tensos

A votação do recurso do PT foi precedida de debates tensos. O senador Pedro Simon chegou a afirmar que, no fundo, a Mesa havia “arquivado” o caso das escutas ilegais, a seu ver “um retrocesso na vida do Senado”. Ele questionou ainda o encaminhamento de notícia-crime ao Supremo Tribunal Federal sobre o caso, por envolver o senador Antonio Carlos Magalhães, sustentando que “o STF deixa muito a desejar”.

O presidente do Senado, José Sarney, respondeu afirmando que a decisão da Mesa “está amparada na Constituição” (artigo 102), segundo a qual cabe ao STF processar e julgar membros do Congresso Nacional nas infrações penais comuns. “Eu não inovei nada”, acrescentou Sarney. O presidente contestou Pedro Simon por ter dito que a Mesa arquivara o caso e discordou da frase do senador gaúcho sobre o STF, lembrando que o Judiciário é o guardião da Constituição.

Senadores do PT, no entanto, discordaram totalmente da decisão da Mesa. A senadora Heloísa Helena (AL) lembrou que Antonio Carlos Magalhães é reincidente e já fora advertido em outro mandato depois de investigação preliminar do Conselho de Ética (briga com o ex-senador Jader



Em seu discurso, Pedro Simon criticou decisão da Mesa, chegando a afirmar que ela havia “arquivado” o caso das escutas ilegais

Barbalho). Por isso, a seu ver, não cabia a censura e sim uma investigação com a finalidade de cassação do mandato de ACM.

Jefferson Péres opinou que a Mesa errou ao aplicar a censura a Antonio Carlos, no seu entendimento cabível apenas caso o senador baiano tivesse cometido desacato. Para ele, se a censura fosse contestada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), “é certo que cairia”.

Já o senador Romeu Tuma sustentou que a Mesa agiu dentro do Regimento Interno e de acordo com a Constituição e não concordava com as críticas que vinham sendo feitas. O senador Marcelo Crivella observou que, às

vezes, “os indícios são enganosos” e que, na dúvida, preferia não condenar o senador Antonio Carlos Magalhães.

O presidente do Conselho de Ética, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), afirmou que a população “fica perplexa” por esperar uma decisão do conselho e, a seguir, se deparar com uma decisão diferente da Mesa. Para ele, isso se deve a “uma duplicidade jurídica” entre o regimento do conselho e a Constituição. O regimento prevê que qualquer cidadão pode fazer representação contra um senador, enquanto a Constituição limita a abertura de processo a uma provocação da Mesa ou de partido político.

Relator da sindicância vai deixar o Conselho de Ética

Após a decisão tomada ontem pelo Plenário do Senado, o relator da sindicância que apurou o envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães em escutas telefônicas clandestinas, Geraldo Mesquita Júnior, anunciou ontem que deixará o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Para ele, a medida adotada pela Mesa do Senado e, posteriormente, confirmada pelo Plenário, representa um desprestígio para o conselho.



Geraldo Mesquita Júnior acha que decisão do Plenário representou desprestígio para o conselho

– Não vejo mais razão para ali permanecer, porque temo que futuras decisões do conselho resultem em pó-de-areia – disse Geraldo Mesquita Júnior.

Para Sarney, decisão mostra que Mesa agiu corretamente

Terminada a sessão, o senador José Sarney se disse satisfeito com o resultado da votação. Na opinião do presidente do Senado, a decisão do Plenário, que por 49 votos contra 25 e duas abstenções rejeitou o recurso contra a decisão da Mesa, mostrou que a direção da Casa agiu acertadamente.

Sarney reiterou ter sempre defendido o entendimento de que, no caso de crime comum, o processo deve ser remetido ao STF, para análise e julgamento. Ele explicou que, se o STF entender que houve crime, o processo volta para que o Senado delibere se é o caso de perda de mandato.

Indagado se o Plenário fez justiça com o senador Antonio Carlos Magalhães, Sarney voltou a afirmar que caberá ao STF processar e julgar o caso. De acordo com o presidente do Senado, a imprensa tem divulgado equivocadamente que a decisão tomada na semana passada, pela Mesa, foi um ato seu.

– Essa não foi uma decisão monocrática. Não há aqui decisão de uma só pessoa. E o Plenário confirmou esta decisão – disse.

Tiã Viana: PT respeita direito à divergência

Em pronunciamento dirigido ao senador Paulo Paim, que fez restrições à proposta de reforma da Previdência, líder petista garante que posições contrárias serão tratadas pelo partido de forma democrática

O líder do PT no Senado, Tiã Viana (AC), disse ontem que as divergências internas de seu partido sobre a reforma da Previdência serão tratadas de forma democrática. Em pronunciamento dirigido ao senador Paulo Paim (PT-RS), que se declarou contra o texto da reforma proposto pelo Executivo, Tiã Viana lembrou a tradição petista de lidar com divergências entre seus militantes.

— Temos um debate público sobre as reformas que reflete a própria face do PT perante a sociedade. Todos conhecem o amadurecimento do partido, conquistado com luta, vitórias e derrotas. E a maior vitória foi termos consoli-



Segundo Viana, "debate público sobre as reformas reflete a própria face do PT perante a sociedade"

dado o respeito da sociedade pelo PT. Nossa prática democrática interna sempre foi pautada por pro-

cedimentos de respeito à pluralidade e ao direito às divergências. Estamos vivendo um pouco da nossa própria história — afirmou Tiã Viana, salientando ainda que o PT está aos poucos aprendendo a ser governo.

O senador fez um apelo a Paim e aos demais parlamentares do partido para que as divergências sejam tratadas internamente. Segundo ele, o importante é que essas divergências sejam esgotadas. Tiã Viana elogiou a história política de Paulo Paim.

— Tenho profundo respeito pelo senador Paulo Paim, por sua defesa intransigente e apaixonada de um salário mínimo digno — frisou Tiã Viana.

Paim se diz satisfeito com esclarecimentos do líder

O senador Paulo Paim (PT-RS) expressou sua satisfação em ouvir o líder do PT no Senado, Tiã Viana (PT-AC), desmentir, na tribuna, que teria dito a jornalistas que Paim estaria buscando "holofotes" ao criticar pontos da reforma da Previdência encaminhada pelo governo ao Congresso. Por outro lado, ele confessou ter ficado frustrado e indignado ao ler nos jornais de ontem que o líder petista teria criticado o pronunciamento



Paim elogia decisão de reunir bancada com ministro Berzoini

que fez na segunda-feira, durante a homenagem pelo transcurso do Dia Internacional do Trabalho.

— Se fosse verdade o que os jornais noticiaram, seria da maior gravidade, desqualificaria o debate, passaria para o campo do ataque pessoal. Até porque o líder Tiã Viana conhece minhas posições. Sabe que não estou à procura de holofotes e muito menos na defesa de quem ganha aposentadorias de R\$ 52 mil. Nesse pon-

to, entendo que ninguém deve receber do erário público mais que o presidente da República — afirmou Paim.

Outro elogio feito por Paim a Tiã Viana foi a decisão que o líder tomou de agendar uma reunião para hoje entre o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, e os integrantes da bancada petista. O senador gaúcho opinou que é normal que haja posições divergentes sobre as reformas e que somente com debate e diálogo aberto será possível construir uma proposta que atenda aos anseios da maioria da população.

Tuma apela por recursos para Polícia Federal

Um apelo ao governo para que repense o corte orçamentário de 21% aplicado na estrutura da Polícia Federal (PF) foi feito pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Ex-diretor-geral da PF, Tuma disse, no entanto, entender as razões do governo que, para não onerar o Estado, "está tentando montar novos ministérios com pedaços de outras estruturas".

Tuma observou que o aumento do efetivo da PF anunciado pelo governo não acontecerá como se pensa, pois ainda será preciso realizar concursos públicos e submeter os aprovados à formação específica.

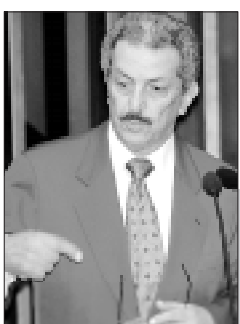
O senador também manifestou orgulho pelo trabalho social que vem sendo desenvolvido por jovens agentes da PF integrantes da

Operação Cobra, na região de Tabatinga, no Amazonas, junto às comunidades.

Tuma acrescentou que, embora as Forças Armadas não se julguem preparadas para intervir numa guerra urbana contra o crime, estão acompanhando "de perto" as questões de segurança pública.

— No tempo em que estive na PF, nunca houve uma negativa das Forças Armadas para qualquer apoio em nossas operações de combate ao narcotráfico na Amazônia — lembrou.

O senador Tiã Viana (PT-AC) solidarizou-se com Tuma, mas



Romeu Tuma pede ao governo que revise cortes na PF

lembrou que o governo "pegou uma herança orçamentária difícil". Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) considerou o apelo de Tuma sensato e equilibrado.

César Borges (PFL-BA) disse esperar que as Forças Armadas "saíam da posição passiva em que se encontram e sejam mais

ativas". Duciomar Costa (PTB-PA) lembrou assalto a duas agências bancárias na cidade de Redenção (PA), dizendo que "não foi um simples assalto, foi ato terrorista". Ney Suassuna (PMDB-PB) criticou o espaço de duas páginas dado por uma revista a um matador.

Senador lamenta ataque de petistas do DF a Mão Santa

As referências feitas ao senador Mão Santa (PMDB-PI) no programa do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal que foi ao ar na segunda-feira receberam críticas do líder do partido no Senado, Tiã Viana (AC). De acordo com o programa, Mão Santa foi afastado do cargo de governador do Piauí pela Justiça Eleitoral por abuso de poder econômico. Para Tiã Viana, o PT-DF ofendeu a honra de Mão Santa.

— Não me parece justa a ofensa

à honra e quero manifestar reconhecimento e gratidão pelo apoio dado por Mão Santa à eleição do atual governador do Piauí, Wellington Dias, e do presidente Lula — afirmou Tiã Viana.

De acordo com o líder petista, o próprio governador do Piauí já manifestou desacordo com o teor do programa.

— A posição do governador é de solidariedade e reconhecimento do apoio político — disse.

Ex-governador afirma que foi cassado sem direito a defesa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse ontem que não teve direito de defesa quando seu mandato à frente do governo do Piauí foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2001. A razão, segundo ele, foi que o Executivo federal



Mão Santa disse ter enfrentado oligarquias e poder econômico

queria um PMDB mas "o povo cassou os cassadores", ao se referir à sua eleição para o Senado logo após o episódio.

VOTAÇÃO

Mão Santa recordou que, ao se eleger governador do Piauí, obteve em Parnaíba 93,84% dos votos, a maior votação que um go-

submisso. O senador lembrou que se aliou aos peemedebistas que defendiam uma candidatura própria à Presidência da República e apoiou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva desde os primeiros momentos.

O discurso de Mão Santa teve como objetivo explicar esse episódio e agradecer o pronunciamento do senador Tiã Viana (PT-AC), que criticou as referências sobre a cassação feitas no programa do PT do Distrito Federal apresentado segunda-feira. Acusado de abuso de poder econômico, o senador confirmou que anistiou contas de água, parcelou contas de luz e distribuiu remédios, mas disse ter certeza de que não foi por isso que ganhou a eleição. Salientou que por isso foi cassado,

vernador já recebeu de sua cidade em toda a história do país. Ele acrescentou que, para ser vitorioso, teve que enfrentar as velhas oligarquias e o poder econômico e, enquanto seu adversário tinha o apoio de 145 prefeitos e a cobertura das cinco emissoras de TV do estado, contou com o apoio de apenas três prefeitos.

O senador fez ainda um apelo aos ministros da Saúde e da Educação pela liberação de verbas para as obras do ambulatório do Hospital Universitário do Piauí, que estão paradas por falta de recursos.

Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Eduardo Suplicy (PT-SP) fizeram apartes em solidariedade a Mão Santa.

Arthur Virgílio critica atitude de José Dirceu

Líder do PSDB afirma que ministro-chefe da Casa Civil atraiu dois deputados tucanos para votar a favor do governo, em troca da indicação de José Roberto Cury para a Companhia Paulista de Força e Luz

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), denunciou, em discurso, que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, cooptou dois deputados tucanos para que votem a favor do governo, em troca da indicação de José Roberto Cury para a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Os deputados Osmânio Pereira (MG) e Salvador Zimbalidi (SP), segundo o senador, seriam cabeças-de-ponte do governo dentro do PSDB para enfraquecer o partido de oposição.

— Desde já aviso ao ministro José Dirceu: tire as mãos do PSDB! Não vamos aceitar loteamentos de cargos e cooptação, isso vai render apenas denúncias, escândalos, e vai tsnar a biografia do presidente. Não vamos aceitar este maquiavelismo de província, de beira de igarapé. Acautele-se, ministro! Rasputin não cabe em uma democracia moderna — disse.

O líder do PSDB recomendou aos representantes do governo que conversem sobre votos e apoios apenas com as instâncias hierárquicas do partido, como os líderes, ele próprio no Senado e o deputado Jutahy Júnior (BA), na Câmara, ou com o presidente da legenda, José Aníbal. “Se continua-



Arthur Virgílio: “Não vamos aceitar loteamento de cargos. Isso vai render apenas denúncias”

rem, vamos acabar não votando nada, fazendo uma oposição radical”, alertou Virgílio.

O senador fez questão de isentar o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (SP), a quem classificou como cumpridor de compromissos, confiável e leal. “Faço essa grave denúncia, mas isento o líder Mercadante. Mas é importante ressaltar que a ação do ministro José Dirceu está ficando perigosa, e eu a repudio inteiramente”, enfatizou. Virgílio advertiu que os que quiserem ceder ao fisiologismo devem trocar de partido, “aderir ao PT ou alguma legenda satélite do governo”.

Mercadante garante que governo não quer cooptar parlamentares

O líder do governo no Senado, senador Aloizio Mercadante, garantiu ao líder do PSDB, senador Arthur Virgílio, que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, não tem qualquer intenção de desrespeitar, dividir, desestabilizar ou destruir o partido dos tucanos.

— O governo precisa do PMDB e, da mesma forma, do PSDB. Não acredito que tenha havido cooptação de parlamentares. Quando há mudanças profundas, eles buscam seus caminhos — ressaltou.

Para Mercadante, a indicação de um técnico para Furnas não se configura na cooptação de dois parlamentares. Ele acrescentou que manteve em sua assessoria, no Senado, funcionários do Ministério da Fazenda que não são filiados ao PT.

— O que me interessa é a seriedade e o espírito público do funcionário. Nós não pedimos



Aloizio Mercadante lembra que presidente do BC, Henrique Meireles, fora eleito deputado pelo PSDB

carteirinha — afirmou, lembrando que o presidente do Banco Central fora eleito deputado pelo PSDB.

O governo federal, segundo o parlamentar, está “querendo escalar a seleção para a administração pública” e quer os melhores.

Aloizio Mercadante afirmou que se iludem aqueles que apostam numa briga entre ele e o ministro José Dirceu, frisando que têm 30 anos de convivência política.

Sarney é contra registro impresso do voto

O presidente do Senado, José Sarney, manifestou-se ontem a favor da eliminação do registro impresso do voto e disse que considera possível fazer a alteração já para as eleições do ano que vem. Mas o senador advertiu para a necessidade de aprovação de uma legislação eleitoral definitiva para o país.

— Precisamos de um Código Eleitoral permanente, aplicado em todas as eleições. Quanto ao registro do voto, tentado em alguns lugares nas últimas eleições, foi uma experiência que se mostrou inteiramente ineficaz, não acrescentou nada, e só fez retardar o processo eleitoral. É quase um consenso que nas próximas eleições não contemos mais com essa hipótese — afirmou.

Questionado sobre as dificuldades de tramitação de uma iniciativa nesse sentido, em um ano em que também serão discutidas as reformas propostas pelo governo, Sarney observou que considera possível a tramitação simultânea das matérias. “Acho que podemos fazer imediatamente, não há controvérsia sobre isso, inclusive no Tribunal Superior Eleitoral”, declarou.



José Sarney defende a adoção de um Código Eleitoral permanente

CONVOCAÇÃO

José Sarney desmentiu que tenha feito acordo com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, para uma autoconvocação do Congresso Nacional durante o recesso de julho deste ano.

O presidente do Senado recebeu ontem, em seu gabinete, o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo. Segundo o visitante, os projetos da entidade, em especial aqueles que afetam mais de perto os estados do Norte e Nordeste, foram o tema principal da conversa.



Amir Lando registrou a presença de alunos de Direito do seu estado nas galerias do Plenário

Lando saúda estudantes de Rondônia

O senador Amir Lando (PMDB-RO) registrou ontem a presença de estudantes de Direito de Rondônia nas galerias do Plenário do Senado. Ele solicitou que os nomes dos acadêmicos presentes constassem dos Anais da Casa.

Amir Lando explicou que a iniciativa de faculdades do seu estado tem como objetivo propiciar à geração de futuros bacharéis o conhecimento do Senado e de outras instituições relevantes no campo do Direito. A comitiva foi liderada pelos professores Raudan Miguel, David Alves Moreira e Elaine Cecília Fumes, informou o senador.

O presidente do Senado, José Sarney, saudou a presença dos estudantes nas galerias da Casa.

Eduardo destaca progresso de Palmas em seus 14 anos

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) destacou a comemoração dos 14 anos de fundação de Palmas, capital do Tocantins. O parlamentar, que já foi prefeito da cidade, disse que tanto a capital como o novo estado representam avanço no sentido da melhor ocupação do território nacional. Ele citou várias realizações da atual prefeita, Nilmar Gavino Ruiz.

Eduardo disse que Palmas é a primeira cidade do mundo a comercializar os créditos de carbono sequestrado, com o projeto Sequestro de Carbono, que é a absorção de 16 mil toneladas anuais dessa substância da atmosfera pelos 4,5 mil hectares de área verde, em um prazo de 15 anos. “Após a assinatura do Protocolo de Kyoto, Palmas será a primeira cidade no mundo que, em função de sua área verde e da preocupação ambiental, terá reconhecidos os certificados de sequestro de carbono”, afirmou.

Acrescentou que, também neste mês, completa um ano de criação

a chamada Cidade do Conhecimento, um projeto destinado à inclusão digital. “A prefeitura de Palmas instalou em todo o seu plano diretor pontos para que qualquer cidadão tenha acesso a um site interativo que fornece informações e explicações sobre o plano diretor de Palmas e a história da cidade, e que permite ao visitante incluir seu depoimento”, explicou.

Eduardo destacou a instalação, em Palmas, da primeira fábrica de bioinseticidas do Brasil. Segundo o senador, até hoje, no país, doenças como dengue, malária, febre amarela e outras são combatidas com o chamado fumacê ou mediante cam-

panhas de orientação. O bioinseticida a ser produzido em Palmas, garantiu, é absolutamente seguro para os seres humanos e pode ser colocado em caixas d’água. Em apertes, recebeu o apoio dos senadores João Ribeiro e Leomar Quintanilha, ambos do PFL do Tocantins.



Eduardo Siqueira Campos: cidade vai negociar crédito do carbono sequestrado

Luiz Gushiken deve falar sobre patrocínio cultural

Comissão de Educação aprova audiência com o secretário federal de Comunicação e com os cineastas Cacá Diegues e Zelito Viana

O secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, será convidado a comparecer à Comissão de Educação (CE) para prestar esclarecimentos sobre os novos critérios adotados pelo governo para patrocínio a projetos culturais, em especial à produção de filmes nacionais. Os cineastas Cacá Diegues e Zelito Viana também serão convidados para a audiência pública, em data a ser marcada.

A decisão foi tomada ontem pelos membros da CE, que aprovaram requerimento assinado pelos líderes do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), e do PFL, senador José Agripino (RN). O senador Roberto Saturnino (PT-RJ), presidente da Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática, endossou o pedido sugerindo a vinda do secretário.



Senadores da Comissão de Educação também aprovaram nome do ex-prefeito João Silva Filho para o aeroporto de Parnaíba

Para Arthur Virgílio, o comparecimento de Gushiken à comissão é plenamente justificável, em virtude de recente denúncia de "desvirtuamento" das normas estabelecidas na legislação brasileira para incentivos concedidos mediante renúncia fiscal pelo Ministério da Cultura a projetos culturais.

Na mesma reunião foi aprovado o projeto do ex-deputado João

Henrique que denomina o aeroporto localizado na cidade de Parnaíba (PI) de Aeroporto de Parnaíba – Prefeito Dr. João Silva Filho.

O relator, senador Mão Santa (PMDB-PI), salientou que João Silva, além da profissão de médico que exerceu como um sacerdote durante 60 anos, foi considerado o melhor administrador da história política de Parnaíba.

Propriedade de material genético terá audiência

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem requerimento de Ideli Salvatti (PT-SC) solicitando a realização de audiência pública para debater como será disciplinada a propriedade de material genético. O debate, em data a ser marcada, deverá contar com a presença do presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Clayton Campanhola; da coordenadora do projeto Cultivando a Diversidade (criado por organizações não-governamentais ambientalistas), Ângela Cordeiro; do jornalista ambiental Washington Novaes;

dos representantes da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes (Abrasem), Ywao Miyamoto; e do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (Gipi), José Luiz Azevedo.

A decisão foi tomada durante discussão sobre substitutivo de Osmar Dias (PDT-PR) ao projeto do ex-senador Blairo Maggi. A proposta determina que o material genético desenvolvido por instituições públicas de pesquisa só pode ter direitos de propriedade intelectual licenciados após a publicação prévia das informações sobre tecnologia disponível para negociação em jornais de grande circulação e no *Diário Oficial da União*.

Ideli Salvatti observou que o projeto original veda a instituições públicas transferir o direito de propriedade de material genético vegetal para a iniciativa privada, enquanto o substitutivo de Osmar Dias permite a transferência de propriedade após a publicação prévia das propostas de licenciamento do direito de propriedade intelectual.



Ideli Salvatti solicitou audiência pública para orientar votação de projeto



Ministro Miro Teixeira falará sobre programas do setor de Comunicações

Miro Teixeira debate hoje com senadores

O ministro das Comunicações, Miro Teixeira, comparece hoje à Comissão de Educação (CE) para falar sobre as diretrizes e programas prioritários de sua pasta. A reunião está marcada para as 10h.

O ministro também deverá se manifestar sobre proposta do presidente do colegiado, Osmar Dias (PDT-PR), que retira do Congresso Nacional a competência de examinar a autorização para funcionamento de rádios comunitárias.

O requerimento que resultou no convite ao ministro foi apresentado pelos senadores Osmar Dias, Hélio Costa (PMDB-MG) e José Jorge (PFL-PE).

Comissão decide ouvir Dutra e Luís Pinguelli

Ao aprovar requerimentos dos senadores Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu realizar audiências públicas com os presidentes da Eletrobrás, Luís Pinguelli Rosa, e da Petrobras, José Eduardo Dutra. As reuniões com os dirigentes das estatais ainda serão agendadas pelo presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), encarregado de convidá-los.

Arthur Virgílio quer saber de Dutra quais as razões para o adiamento, de 2005 para 2006, da data em que o Brasil irá atingir a meta de auto-suficiência na produção de petróleo em território nacional.

Já Ana Júlia quer saber de Pinguelli Rosa por que a Eletrobrás teve que fazer provisões em seu balanço de 2002 para cobrir déficits de R\$ 3,6 bilhões relativos a operações de subsidiárias. Com base em informa-

ções da imprensa, a senadora afirma que a Eletronorte teria comprado energia de outra geradora mais cara que o preço de venda para o consumidor.

Os senadores da CAE também aprovaram requerimento do senador Fernando Bezerra (PTBRN) que pede a realização de audiência pública com um representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para orientar a instrução do projeto de lei que disciplina as relações entre fabricante e distribuidores de bebidas, com o objetivo de equilibrar as relações comerciais entre ambos.

Por fim, a CAE aprovou requerimento de Tasso Jereissati (PSDB-CE) para incluir um representante da Caixa Econômica Federal na audiência pública, já aprovada pela comissão, para debater a possibilidade de investimentos dos recursos aplicados no Fundo do Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em ações.



Comissão de Infra-Estrutura vai questionar ministro dos Transportes e presidente da Petrobras

Ministro explica fusão Varig-TAM

O ministro dos Transportes, Anderson Adauto, e o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, deverão comparecer à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), provavelmente nos próximos 30 dias, conforme requerimentos, respectivamente, dos senadores Leonel Pavan (PSDB-SC) e José Jorge (PFL-PE), aprovados ontem pelo colegiado. O ministro debaterá com os senadores a provável fusão das duas maiores companhias aéreas do Brasil (TAM e Varig), e o presidente da Petrobras prestará esclarecimentos sobre o novo plano estratégico da empresa para os próximos anos.

A decisão da Petrobras, que adiou a meta de alcançar auto-suficiência na produção de petróleo de 2005 para 2006, conforme seu plano estratégico para este ano, será uma das questões que José Eduardo Dutra deverá esclarecer, segun-

do o senador José Jorge. Também serão discutidas a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e os preços do gás da Bolívia, entre outros assuntos.

O senador Leonel Pavan argumenta na justificativa do seu requerimento de convite ao ministro dos Transportes que o transporte aéreo assume papel imprescindível em questões de estratégia e segurança nacional.

O presidente da CI, senador José Jorge, concedeu vista coletiva ao projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que modifica a Lei nº 9.427, que instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e disciplinou o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica. Com parecer favorável do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), a proposta requer a eliminação da cobrança da taxa mínima de energia para consumidores residenciais, fixada em 100kW.

CAE autoriza uso de gás natural como combustível

Os veículos automotores poderão usar o gás natural como combustível. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), seguindo recomendação do relator, senador Delcídio Amaral (PT-MS), de aprovar em caráter terminativo substitutivo da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) ao projeto de lei do ex-senador Carlos Patrocínio. A matéria ainda será analisada em turno suplementar pela comissão e, depois de submetida ao prazo regimental para recurso, poderá seguir para a análise dos deputados.

O relator argumentou que o gás natural é uma energia não polu-



Relatório de Delcídio Amaral citou segurança do combustível

ente e segura, além de reduzir o custo do transporte, especialmente de produtos agrícolas. Essa era a intenção original do autor da proposta, que restringia o uso do gás natural e do gás liquefeito pressurizado (GLP) – retirado do substitutivo – a veículos usados para o transporte de hortifrutigranjeiros e de leite.

– Baratear o custo significa reduzir o desperdício da produção agrícola (em torno de 20%) e aliviar as dificuldades dos pequenos produtores. O gás natural, por ser seguro e limpo, vem sendo usado nos países desenvolvidos no transporte de passageiros e de cargas – afirmou o relator.

Carros e rádios para polícia poderão ficar isentos de IPI

Projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) equipamentos a serem comprados por órgãos de segurança pública da União, dos estados, dos municípios e do DF foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela CAE. O autor acredita que o projeto vai ajudar os municípios a investir mais em segurança pública.



Romero Jucá: projeto ajuda municípios a investir em segurança

Fotos: Célio Azevedo

O relator Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) lembrou que a isenção abrangerá a compra de aparelhos de rádio, de telegrafia, carros para patrulhamento, armas e munições. Eduardo Suplicy (PT-SP) chamou

atenção dos senadores para a responsabilidade de votar isenções de impostos, uma vez que há grande quantidade de projetos nesse sentido.

ICMS menor deverá ajudar farinha de trigo nacional

A alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre operações interestaduais de compra e venda de farinha de trigo poderá ser reduzida para 7%, segundo projeto de resolução do senador Osmar Dias (PDT-PR) que recebeu ontem parecer favorável da CAE. Osmar Dias quer garantir condições de competitividade ao trigo nacional com relação ao trigo argentino, sobre o qual a taxa é menor. A matéria



Osmar Dias: igualar condições entre trigo nacional e argentino

segue para análise do Plenário do Senado.

Em seu voto, o relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), disse que a farinha de trigo nacional acaba sendo vendida por um preço superior ao da importada, já que os produtores argentinos recebem benefícios fiscais. O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) apoiou a proposta, alegando que se trata de equilibrar as condições de comercialização do produto brasileiro e o argentino.

Diretor do Banco Central aprovado pelo Plenário

Indicado para ocupar Diretoria de Liquidações e Desestatização, Antonio Gustavo Matos do Vale é funcionário de carreira do BC

O Plenário do Senado aprovou ontem à tarde, por 62 votos a favor, seis contrários e uma abstenção, o nome de Antonio Gustavo Matos do Vale para exercer o cargo de diretor do Banco Central. A indicação fora aprovada de manhã pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a partir de relatório elaborado pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

Funcionário de carreira do BC há 19 anos, Matos do Vale anunciou, durante a sabatina na CAE que estão sendo realizados estudos para, dentro de 30 a 40 dias, propor mudanças na legislação que rege as intervenções e liquidações extrajudiciais.

Matos do Vale admite que a atual legislação não consegue solucionar muitos casos adequadamente. “São várias as possibilidades de que dispõem os ex-administradores, controladores e outros interessados em retardar a liquidação

e impedir a rápida realização dos ativos e pagamento dos credores”, afirmou Matos do Vale. São frequentes recursos judiciais para tentar embargar a venda desses ativos.

As mudanças, segundo ele, devem dotar os regimes especiais de mecanismos mais ágeis para a realização de ativos, pagamento de passivos e formas de encerramento desses processos. Além disso, deve incorporar as inovações e os avanços trazidos pela implantação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e com o Fundo Garantidor de Créditos, criado para proteger os pequenos investidores e depositantes.

Existem atualmente 106 empre-



Matos do Vale (E) e os senadores Gilberto Mestrinho e João Alberto, durante a reunião de ontem da CAE

sas em liquidação, incluindo 22 bancos e 41 consórcios. Matos do Vale se comprometeu a, caso tenha o nome confirmado pelo Senado, acelerar e finalizar esses processos. Também assumiu compromisso de concluir o processo de venda dos quatro bancos estaduais que ainda estão sob controle da União: o BESC, de Santa Catarina; o BEP, do Piauí; o BEM, do Maranhão; e o BEC, do Ceará.

Indicado estudará casos Bamerindus e Coroa-Brastel

Durante a sabatina na CAE, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) indagou ao indicado para a Diretoria de Liquidações e Desestatização do BC, Antonio Gustavo Matos do Vale, como estava o andamento dos casos Coroa-Brastel e do Bamerindus, encaminhando, inclusive, a carta que recebeu dos credores minoritários do banco paranaense.

Matos do Vale prometeu se inteirar sobre os dois processos para passar as informações ao senador. Em relação à corretora Coroa-

Brastel, que se tornou um dos maiores escândalos financeiros da década de 80, lesando 35 mil credores, Matos do Vale achava que o processo tivesse terminado.

O futuro diretor do BC disse ao senador Flávio Arns (PT-PR) que vai estudar o que aconteceu na liquidação do Banco Bamerindus, em 1997, e esclarecer os fatos “com a maior transparência”. Arns destacou que há indícios de crimes cometidos durante a liquidação do banco, situação que foi inclusive

objeto de comissão parlamentar de inquérito no Paraná.

Já para Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Matos do Vale afirmou que as taxas de juros dependem de condições macroeconômicas, sendo portanto impossível prever quando essas taxas baixam ou sobem. Mas, disse ele, se as reformas da Previdência e tributária forem aprovadas e houver estabilização dos índices de inflação, além de outros fatores, os juros podem baixar em breve.

Saturnino defende garantia para fundos de pensão

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) indagou ao diretor indicado por que o governo não pretende dar garantia ao sistema de previdência privada se o próprio governo é responsável pelas normas e pela fiscalização das instituições que atuam nessa área. “Nada mais natural que tivesse segurança para garantir também”, disse.

Matos do Vale afirmou que a aposentadoria deve ser vista como investimento pessoal e que as pessoas devem também fiscalizar os fundos de pensão e se posicionou favoravelmente à criação

de um fundo de pensão para o servidor público, nos moldes dos fundos de previdência privados.

O diretor indicado se declarou um defensor da previdência complementar e particularmente dos fundos de pensão. Lamentou que o BC tenha perdido o seu fundo, a Fundação Banco Central (Centrus), quando o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inclusão dos funcionários do banco no Regime Jurídico Único. O fundo,



Saturnino: governo federal deve zelar pela previdência privada

segundo Matos do Vale, só continua administrando as aposentadorias requeridas até 31 de dezembro de 1990.

Matos do Vale tentou tranquilizar o presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), sobre as garantias do governo para a cobertura do déficit dos fundos de pensão dos funcionários da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, explicando que a lei obriga as estatais a cobrir eventuais desequilíbrios.

Debate mostra que país possui poucos geriatras

Audiência na Subcomissão do Idoso conclui que universidade brasileira está despreparada para enfrentar desafios do envelhecimento da população

A universidade brasileira não está preparada para enfrentar os desafios postos pelo envelhecimento da população. Essa é a conclusão da primeira de uma série de audiências públicas da Subcomissão Temporária do Idoso sobre a situação da terceira idade no Brasil, que possui apenas 500 médicos geriatras para atender a um contingente de idosos superior a 15 milhões de pessoas.

De acordo com o médico Renato Veras, reitor da Universidade da Terceira Idade (Unat), apenas duas das 103 escolas de Medicina do país oferecem a disciplina de geriatria. Diante da formação maciça de pediatras em um momento de progressiva queda da natalidade e envelhecimento populacional, Veras considerou "irresponsabilidade" a colocação no mercado de profissionais "fadados ao desemprego".

O presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), Adriano Gordilho, também admitiu o "retardo" do ensino superior na formação de pro-



Especialistas de várias áreas debateram ontem com senadores formas de aumentar a proteção às pessoas da terceira idade no Brasil

fissionais aptos a atender às demandas da terceira idade. Ele confirmou a concentração dos geriatras nas regiões Sul e Sudeste, onde também está a maioria das residências médicas na área.

EQÜIDADE

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) apresentou requerimento, que foi aprovado, solicitando audiência com representantes de universidades para discutir formas de estimular os futuros profissionais a buscar esse "nicho de mercado". O presidente da Subcomissão do Idoso, senador Sér-

gio Cabral (PMDB-RJ), anunciou que enviará ofício aos governadores, prefeitos e Ministério Público nos estados advertindo sobre a necessidade de cumprir dispositivo da Política Nacional do Idoso que obriga a inclusão da especialidade de geriatria nos concursos públicos da área médica.

Também participaram da audiência pública a professora Maria Fernanda Lima Costa, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a consultora da Organização Mundial da Saúde (OMS) Úrsula Karsch.

Subcomissão cria selo Cidade Amiga da Terceira Idade

A criação do selo Cidade Amiga da Terceira Idade foi anunciada ontem pelo presidente da Subcomissão Temporária do Idoso, senador Sérgio Cabral, durante audiência pública com especialistas da área. A iniciativa pretende premiar os municípios que se destacarem na implementação de políticas públicas voltadas para a assistência, inserção social e melhoria da qualidade de vida dos brasileiros acima dos 60 anos.

Sérgio Cabral propôs parceria com a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), que estabelecerá os critérios para premiação, cuidaria da elaboração de questionário e avaliaria as informações repassadas pelos participantes. Caberia à



Cabral propôs que geriatras participem da escolha dos premiados

subcomissão divulgar a instituição do prêmio, de caráter anual, aos 5,5 mil municípios brasileiros e disponibilizar inscrições por meio da página do Senado na Internet.

A vice-presidente do colegiado, senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), invocou sua experiência com idosos abandonados, adquirida quando foi primeira-dama de Goiás, para atestar o preconceito existente contra essa parcela da população. "Se há pouco tempo falávamos dos meninos de rua, hoje temos idosos nos sinaleiros pedindo ou vendendo balas para sobreviver", comentou.

O senador Aelton Freitas (PL-MG) considerou um "nicho" a assistência prestada à terceira idade, "um segmento esquecido,

mas que pode fazer muito pelo país". O senador Leomar Quintanilha lamentou a carência de profissionais dedicados à geriatria e à gerontologia e previu que, diante da progressão geométrica no aumento do número de idosos, o contingente de brasileiros idosos poderá chegar a 40 milhões em 20 anos.

LEGISLAÇÃO

Requerimentos dos senadores Demostenes Torres (PFL-GO) e Leomar Quintanilha também foram aprovados na reunião. Demostenes solicitou a vinda à subcomissão da promotora de Direito à Cidadania de Goiás, Marilda Helena dos Santos, para debater a legislação dirigida à terceira idade. Quintanilha requereu uma comissão de senadores para examinar, junto à Secretaria de Ação Social do Distrito Federal, repasses de recursos para instituições de atendimento aos idosos.

Investimentos podem atrair mais ecoturistas, afirma Jucá

Poucos países possuem tantas atrações turísticas como o Brasil, conforme o senador Romero Jucá (PSDB-RR). Segundo disse, o Brasil apresenta condições favoráveis para competir inclusive no mercado do ecoturismo, que apresenta taxa anual de crescimento mundial de 30%, o maior do setor nos últimos anos. São aproximadamente 50 milhões de praticantes do turismo ecológico, que representa 10% do turismo mundial, informou.

Jucá relatou que, no caso do Brasil, essa fatia de mercado vem atraindo pessoas de todo o mun-



Jucá: país possui condições para competir no ecoturismo

do e de todas as faixas etárias, já que o país é reconhecido como uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta, rico em praias, ilhas, serras, cachoeiras, florestas, reservas ecológicas e montanhas.

O impulso do turismo ecológico também pode ser percebido, observou, pelo fato de o Brasil contar com cerca de cinco mil empresas e instituições dedicadas ao ecoturismo, com a geração de mais de 30 mil empregos no setor. Jucá ressaltou ainda a importância do Projeto de Desenvolvimento de Ecoturismo no Brasil.



AGACIEL FAZ PALESTRA A FORMANDOS DE DIREITO E PROFESSORES DE RONDÔNIA

A modernidade e a importância do Senado foram temas da palestra do diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, a formandos de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia (Faro). Também estiveram no debate formandos do curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia (Unir) e da Faculdade de Direito de Ariquemes (Faar). O encontro, realizado on-

tem no Senado, contou com a presença de professores universitários.

Agaciel afirmou que o debate é importante para a disseminação do conhecimento sobre o Senado. O diretor-geral ressaltou que muitas decisões importantes para a população brasileira são tomadas na Casa, mas nem todos tomam conhecimento delas.

Tuma avalia hoje trabalho das diretorias do Senado

O primeiro-secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), responsável pelos assuntos administrativos da Casa, reúne hoje, a partir das 9h, todos os diretores de secretarias para avaliar o trabalho que vem sendo desenvolvido em cada uma delas e, ainda, planejar atividades futuras.

Estão entre os órgãos gestores

do Senado a Diretoria Geral, a Secretaria Geral da Mesa, a Secretaria Administrativa, a Secretaria de Fiscalização e Controle, a Secretaria de Recursos Humanos, a Secretaria de Serviços, a Secretaria Especial de Editoração e Publicações, a Secretaria de Assistência Médica e Social e a Secretaria de Comunicação Social.